



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



A reprodução camponesa na sericicultura em Diamante do Sul/Paraná: entre a subordinação e a resistência no campo

Vanessa Bueno Arruda^I , Djoni Roos^{II} 

^I Laboratório e Grupo de Pesquisa de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade (GEOLUTAS), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Marechal Cândido Rondon, PR, Brasil.
Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-6132-8389>

^{II} Programa de Pós-Graduação em Geografia/Laboratório e Grupo de Pesquisa de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade (GEOLUTAS), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Marechal Cândido Rondon, PR, Brasil.
Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-9113-5637>

RESUMO

Este artigo objetiva ampliar as análises sobre os camponeses sericultores em Diamante do Sul/PR analisando o processo de monopolização do território e a subordinação da renda camponesa. Neste processo, se evidencia os estágios do ciclo do bicho-da-seda e como a indústria monopolista interfere nas atividades do campesinato, ditando regras e principalmente subordinando o fruto do trabalho camponês. No entanto, embora haja subordinação através do sistema integrado da sericicultura, destacam-se um conjunto de atividades características do modo de vida camponês que se constituem enquanto resistência, permitindo a reprodução familiar e a manutenção na terra. As práticas voltadas ao autoconsumo são exemplos significativos das formas de recriação camponesa, as quais se interligam neste processo contraditório para a permanência no campo.

Palavras-chave: contradição; sistema de integração; monopolização do território.

Peasant reproduction in sericulture in Diamante do Sul/Paraná: between subordination and resistance in the countryside

ABSTRACT

This article aims to expand the analyzes on peasant sericulture farmers in Diamante do Sul/PR by analyzing the process of monopolization of the territory and the subordination of peasant income. In this process, the stages of the silkworm cycle are highlighted and how the monopoly industry interferes in the activities of the peasantry, dictating rules and mainly subordinating the fruit of peasant labor. However, although there is subordination through the integrated sericulture system, a set of activities characteristic of the peasant way of life stand out that constitute resistance, allowing family reproduction and

maintenance on the land. Practices aimed at self-consumption are significant examples of forms of peasant recreation, which are interconnected in this contradictory process for remaining in the countryside.

Keywords: contradiction; Integration system; territory monopolization.

La reproducción campesina en la sericultura en Diamante do Sul/Paraná: entre la subordinación y la resistencia en el campo

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo ampliar los análisis sobre los campesinos sericultores en Diamante do Sul/PR, analizando el proceso de monopolización del territorio y la subordinación de la renta campesina. En este proceso se destacan las etapas del ciclo del gusano de seda y cómo la industria monopolista interfiere en las actividades del campesinado, dictando reglas y principalmente subordinando el fruto del trabajo campesino. Sin embargo, aunque haya subordinación a través del sistema integrado de sericultura, se destacan un conjunto de actividades características del modo de vida campesino que se constituyen como resistencia, permitiendo la reproducción familiar y la manutención en la tierra. Las prácticas orientadas al autoconsumo son ejemplos significativos de formas de recreación campesina, que se interconectan en este proceso contradictorio para la permanencia en el campo.

Palabras clave: contradicción, sistema de integración, monopolización del territorio.

INTRODUÇÃO

Este artigo resulta de pesquisa realizada para a elaboração de dissertação de mestrado em geografia¹, a qual se propôs analisar as relações envolvidas à produção sericícola realizada por camponeses no município de Diamante do Sul, mesorregião Oeste do estado do Paraná. Os camponeses estão vinculados à empresa Bratac por meio do sistema de integração, o que possibilita relativa intervenção da indústria nas propriedades camponesas. Por meio desse processo de controle da circulação da produção camponesa, o capital industrial garante a subordinação da renda da terra.

A Fiação de Seda Bratac Ltda. foi criada em 1940 no município de Bastos/São Paulo (SP), originada a partir da associação Brazil Takushoku Kumiai, que apoiava a vinda de imigrantes japoneses a fim destes seguirem na atividade sericícola. Em 1974 a empresa se instala no município de Londrina, no estado do Paraná (PR). Atualmente a Bratac é a única empresa no Brasil que se mantém ativa na sericultura, sendo que, grande parte de suas plantas industriais localizam-se no Paraná, com a matriz sediada no município de Londrina/PR, e a filial em Bastos/SP.

¹ Dissertação de mestrado defendida em 2023 junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), *campus* de Marechal Cândido Rondon/PR. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/6770>.

Em Diamante do Sul a sericicultura é realizada nas propriedades camponesas, as quais possuem entre dois (02) e seis (06) hectares de área e produzem aproximadamente nova (09) lotes² anuais. A produção familiar do bicho-da-seda é realizada majoritariamente de forma manual, não necessitando de maquinários. O processo de trabalho que envolve diretamente a criação do bicho-da-seda, incluindo o período anterior e posterior a chegada das larvas, segue às regras pré-determinadas pela indústria.

No presente artigo aborda-se a complexa relação entre subordinação e resistência que os camponeses sericultores estão inseridos. Constatou-se que, embora se tenha o conhecimento da subordinação, os camponeses vislumbram na sericicultura uma alternativa de produção nas suas propriedades, diante da inexistência de políticas de Estado voltadas para a agricultura camponesa que possibilite melhor acesso à terra e condições que evitem a sujeição ao capital industrial. Verificou-se também um conjunto de resistências que os camponeses constroem no seu cotidiano, como os cultivos destinados ao autoconsumo familiar. Nesse sentido, compreende-se que a reprodução camponesa está inserida numa complexa e contraditória trama organizacional que tem como objetivo a garantia da reprodução do grupo familiar.

A metodologia da pesquisa privilegiou a coleta de dados e informações junto a órgãos públicos e privados, o estudo de obras referenciais e, sobretudo, a pesquisa de campo, ocorrida entre dezembro de 2021 e junho de 2022³, a qual possibilitou a realização de entrevistas com nove (09) famílias, totalizando doze (12) camponeses que atuam na sericicultura. As entrevistas foram fundamentais para captarmos a realidade que os camponeses estão inseridos e confrontá-la com os dados obtidos e com o referencial teórico. As entrevistas foram gravadas, transcritas e sua divulgação, para fins acadêmicos, foi autorizada pelos camponeses. Nas citações das falas dos camponeses/camponesas, optou-se metodologicamente por não identificar os/as entrevistados/as, apresentando os trechos das entrevistas da seguinte forma: “Camponês A, B, C, D ...”. Além disso, inseriu-se também a localização com o nome da sua

² Lote corresponde a cada período de criação (chegada e entrega) das lagartas de bicho-da-seda. Estas são distribuídas pela empresa em caixas aos sericultores, sendo que cada caixa possui uma média de 35 a 40 mil lagartas, pesando cerca de 10 a 20 gramas. A quantidade de caixas entregue por lote aos sericultores dependerá do tamanho do barracão.

³ Destaca-se que o trabalho dos autores junto as respectivas comunidades camponesas, ocorre desde 2018 quando estes integraram a equipe do projeto de extensão “Educação, Terra e Juventude em ambientes no Cantuquiriguaçu: Vidas Camponesas em Gerações e experiências de populações em assentamentos rurais em Campo Bonito e Ibema e em ocupação suburbana em Diamante do Sul”, coordenado pelo professor doutor Paulo José Koling (Tc n. 144/2018- SETI/UGF/USF/UNIOESTE).

comunidade, mês e ano da entrevista. Desse modo, assentado no método dialético, procura-se relacionar os apontamentos teóricos à realidade dos camponeses estudados, tendo a análise das contradições como elemento fundante para interpretação e compreensão dos processos relacionados.

1. O sistema de integração na sericicultura e a subordinação da renda da terra camponesa

A sericicultura em Diamante do Sul está atrelada a vínculos contratuais entre a indústria Bratac e as famílias camponesas. No respectivo município encontram-se nesta situação, 142 famílias (com 143 barracões), totalizando uma área de influência de 223 hectares (BRATAC, 2019). Na produção sericícola do município em análise, parte significativa da área das propriedades é destinada para o cultivo das amoreiras e instalação dos barracões.

Essa relação de integração com os camponeses é extremamente vantajosa para a indústria, permitindo maior acúmulo de riqueza do que se a atividade fosse realizada por meio do trabalho assalariado, o que significaria aumento dos gastos com horas extras, adicional noturno, férias, entre outros direitos trabalhistas, acarretando na elevação do preço da matéria-prima (PAULINO, 2012). Portanto, através desse sistema, a Bratac consegue se apropriar dos resultados do trabalho dos camponeses, conseqüentemente, da renda da terra, por meio do controle da circulação da produção, visto que, o contrato de integração prevê a comercialização integral da produção com a respectiva indústria. Ou seja, há momentos que o capital não expropria os camponeses, mas subordina a produção destes à indústria (ROOS, 2015), como no caso em análise, em que a terra continua sendo dos camponeses, mas há um processo de subordinação da renda produzida.

No caso investigado, as famílias camponesas são as responsáveis por todas as etapas de produção e cuidados constantes em torno do ciclo das lagartas, acrescenta-se que, a maior parte do trabalho é realizada de forma manual. As lagartas do bicho-da-seda são destinadas às propriedades camponesas a partir da terceira idade (Figura 1) precede a isso um conjunto de trabalhos prévios que envolvem a limpeza do barracão, o cultivo das amoreiras, os quais se ampliam com a chegada dos lotes e a manutenção das lagartas em todos os ciclos de vida posteriores (Figura 2).

Figura 1: Cultivo do Bicho-da-seda na terceira idade e amoreiras em propriedade camponesa - Diamante do Sul/PR.



Figura à esquerda: Bicho-da-seda na terceira idade, após limpeza do barracão. **Figura à direita:** Cultivo de amoreiras em propriedade camponesa - Diamante do Sul/PR. **Fonte:** Trabalho de campo. **Fotos:** Autora, 2022.

Figura 2: Fases finais do Bicho-da-seda - Diamante do Sul/ PR.



***Figura à esquerda:** Quarta idade do bicho-da-seda. **Figura à direita:** Quinta idade do bicho-da-seda e início do processo de subida aos bosques. **Fonte:** Trabalho de campo. **Fotos:** Autora, 2022.

As folhas das amoreiras são o alimento das lagartas do bicho-da-seda e o cultivo das plantas deve prever a quantidade necessária para os nove (09) lotes anuais possíveis. As lagartas possuem um ciclo de 28 dias, totalizando no período de um ano, aproximadamente nove (09) meses de trabalho diretamente envolvido na criação do bicho-da-seda. Desse modo, no ano, durante três meses não se produz necessariamente o bicho-da-seda, período correspondente a estação do inverno, pois as baixas temperaturas, impactam negativamente o desenvolvimento das amoreiras e, conseqüentemente, no alimento das lagartas. É neste período que os camponeses fazem a manutenção das amoreiras, tais como poda, limpeza e adubação.

Olhar para essa dinâmica contribui para o entendimento de que a organização da propriedade camponesa possui estreita relação com fatores da natureza, ou seja, a

suspensão do trabalho direto na criação do bicho-da-seda, decorre da dificuldade em se obter alimentos diante das temperaturas mais amenas, resultantes do período de inverno, o que impacta negativamente o desenvolvimento das amoreiras. No entanto, essa situação não significa interrupção no processo de subordinação da renda camponesa. Pelo contrário, é o período que tal situação fica mais evidente, pois não há entrada de rendimentos monetários ao tempo em que é necessário todo um trabalho com as amoreiras, para que estejam prontas para o recebimento de novo lote de bicho-da-seda, assim que o frio mais intenso findar.

Embora não recebam renda no período de inverno, por não possuir trabalho direto com a criação do bicho-da-seda, este momento não significa ociosidade para os camponeses. Pelo contrário, há o trabalho de cuidado diretamente para com as amoreiras o que envolve dispêndio de energia e recursos monetários para manutenção da atividade. Em todas as entrevistas realizadas foi possível perceber a dificuldade que a família enfrenta durante este período. Um dos nossos interlocutores enfatiza que:

A dificuldade nossa... é que... chega no inverno, assim, que nem agora esse ano vamos tirar nove lote né? Daí no caso nós fica três... três mês ali é... sem... sem ganho, né? E... trabalhar, tem que trabalhar, né? Tem que adubar as amoreira, que nós aduba sempre no inverno, daí tem que compra os adubo, né? Compra o adubo orgânico e... podá, e limpá, tem que manter as amora, né? E fazer os reparo que tem no inverno. Então serviço sempre tem, mas não temo ganho daí no caso. A nossa dificuldade é essa, né? Inverno... para o ganho... Então que nem abelha, né? trabalha no verão pra comer no inverno, né? Se tivesse um qualquer outro ganho no inverno, já muda a coisa. (Camponês A, Comunidade Alto Cascudo, Diamante do Sul/PR, janeiro de 2022).

Na passagem anterior observa-se a existência concreta da subordinação da renda da terra, mas também está explícita a insatisfação, pois como apontado, o trabalho ocorre o ano todo e o rendimento monetário é interrompido durante o inverno. Diante disso, os camponeses que já não possuem nenhum incentivo do Estado, nos períodos de inverno, se deparam também com a inexistência de contrapartidas financeiras da empresa, levando-os a se sujeitarem a outras atividades acessórias, tais como, trabalhos de pedreiro, carpinteiro, trabalhos como meeiros, de empreitas, prestação de serviços rurais braçais entre outros, a fim de obtenção de rendimentos para manutenção das necessidades básicas familiares.

Assim, o uso do termo “parceria” pelo sistema integrado não passa de mera narrativa que busca esconder as condições desiguais existentes entre a empresa

capitalista e a família camponesa. Tal processo esconde que quem irá se apropriar do fruto do trabalho da família camponesa é a indústria integradora, por meio da monopolização do território.

Embora a empresa capitalista dita regras na propriedade camponesa, não há um controle total, visto que, a terra continua sob domínio dos camponeses. Nesse sentido, ocorre o processo de monopolização do território (OLIVEIRA, 1996), principalmente via circulação da mercadoria, pela qual, se garante a apropriação da renda da terra, fruto do trabalho coletivo da família camponesa. “Esta tem sido a prática do capital comercial e industrial, sujeitar a agricultura aos seus ditames. Estabelecendo o monopólio na circulação, o capital subjuga, de um lado, grandes e pequenos agricultores e, de outro, os consumidores, com seus preços monopolistas” (OLIVEIRA, 2012, p. 23).

Vale ressaltar que o fio da seda é um produto voltado à exportação para mercado internacional. Nesse sentido, Oliveira (2012) destaca sobre os monopólios mundiais em que, as empresas mundiais surgem tanto de empresas estrangeiras como nacionais e se articulam através da territorialização dos monopólios e da monopolização dos territórios (OLIVEIRA, 2012).

O sistema de integração utilizado pelas indústrias capitalistas se insere no contexto da monopolização do território e a consequente drenagem da renda da terra camponesa. Ou seja, parte considerável da mundialização da agricultura brasileira se sustenta através da produção camponesa, sendo a sericicultura exemplo deste processo.

No momento da entrega da produção de seda pelos camponeses, a indústria realiza uma classificação de qualidade. Tal processo é realizado exclusivamente pela empresa, ou seja, os camponeses não participam dessa fase. Como já advertido por Paulino (2003), os camponeses não possuem controle algum no valor que será pago pela produção, em vista de todos os critérios que são feitos pela própria empresa integradora.

Por ocasião da classificação dos lotes entregues na indústria, a qual definirá os preços a serem pagos, os maus resultados, como produção baixa ou fora do padrão, são atribuídos a dois fatores: Qualidade das instalações e métodos inadequados de manejo. Embora construída pelos integrados por conta e risco, a estrutura de produção mais parece uma extensão da indústria. Além das instalações se prestarem exclusivamente para esse fim, os criadores estão permanentemente sob pressão para readequá-las conforme os patamares de produtividade, continuamente redimensionados. Assim, ao estabelecerem os critérios de preços da matéria-prima, as integradoras têm como trunfo o argumento de que a baixa rentabilidade resulta da inobservância das orientações quanto às instalações e ao manejo. (PAULINO, 2003, p. 118).

Em todo ciclo do bicho-da-seda há um cuidado minucioso da família camponesa e, mesmo com todos os esmeros, os casulos estão sujeitos a classificação de qualidade imposta pela integradora. De tal modo, o casulo limpo, com a crisálida viva, significa que é de primeira qualidade. Se o casulo for irregular, malformado, com manchas ou a casca for mais grossa, significa perda da qualidade, implicando no teor da seda e conseqüentemente no valor pago aos camponeses. Ou seja, a classificação ocorre a partir de critérios da empresa, garantindo estratégias de subordinação da renda da terra camponesa. Embora haja o trabalho penoso dos criadores durante o ciclo e na manutenção minuciosa das amoreiras, a integradora argumenta que os maus resultados se devem ao cuidado indevido dos camponeses. O resultado é o controle total da indústria Bratac, sob o valor pago pelos casulos, evidenciando a subordinação da renda camponesa.

Outro apontamento que se faz necessário neste processo são os insumos vendidos pela indústria no momento do início de cada lote. Os custos destes são descontados no momento da entrega dos casulos. Este momento da “entrega” dos casulos é a materialização da subordinação da renda da terra camponesa, como descrito anteriormente. É no momento da “entrega” da produção que os sericicultores pagam suas dívidas contraídas junto a empresa, sejam estas relativas a financiamentos do barracão ou aquisição de insumos.

Das nove (09) famílias entrevistadas na presente pesquisa, seis (06) realizaram financiamentos em instituições financeiras ou diretamente com Bratac para viabilizar a construção dos barracões por meio do parcelamento dos débitos. As outras três (03) famílias não recorreram ao respectivo expediente para aquisição dos barracões, realizando a compra direta e se utilizando de materiais existentes na própria propriedade.

Os sericicultores estudados, sempre procuram formas, mesmo que oriundas da individualidade da família, de escapar dos financiamentos privados. No entanto, diante da inexistência de políticas públicas concretas voltadas a classe camponesa, invariavelmente se encontram “amarrados” às empresas capitalistas, no caso específico, com a Bratac. Especialmente perante a realidade concreta de parca disponibilidade de terra. O relato de uma camponesa é contundente quanto a este processo: “Que na verdade é... a gente, né? Que tem menos, menos terra, né? Aí compensava mais na

época plantá amora e cria o bicho-da-seda, que produzia mais é, em menos terra.” (Camponesa I, Comunidade Alto Cascudo, Diamante do Sul/PR, janeiro de 2022).

Tal situação é muito semelhante ao estudo realizado por Vicini (2019). A autora, ao pesquisar o sistema integrado da fumicultura, aponta que, embora a respectiva atividade contraditoriamente possibilite a existência subordinada dos camponeses no campo, pois proporciona melhores rendimentos monetários em relação a área de terra disponível, acarreta numa “prisão” dos camponeses às dívidas contraídas junto ao capital industrial, pois a cada nova safra precisarão de novos insumos.

Pode-se compreender assim, que quando ocorre à monopolização da propriedade camponesa, o capital entra com o dinheiro, isto é, em forma de empréstimos para que o camponês tenha as condições de produzir a mercadoria e entregar o fruto do seu trabalho para o capitalista como forma de pagamento da dívida. E o capitalista se apropria do produto do camponês, isto é a renda da terra e a transforma em dinheiro novamente, ou seja, em renda capitalizada, pois faz a circulação do produto. (VICINI, 2019, p. 88).

Do mesmo modo, ocorre com os sericicultores. Em cada novo lote precisam de algum insumo fornecido pela Bratac. Embora alguns camponeses adquiram de forma particular, ou substituam por outro material, “Nós compra na Agrinco...o cal... esses tempo a Bratac fornecia pra nós o formol, mas nós paremo de usar o formol, né?... é que a gente usa cal e quando dá assim alguma doença assim, né? Nós usa quiboa, né? pra eliminá os vírus ali” (Camponês A, Comunidade alto Cascudo, Diamante do Sul/PR, janeiro de 2022), estão imersos em formas de subtração da renda da terra.

Os camponeses, de forma individual, compreendem o processo de subordinação da renda em que estão inseridos, e, por vezes, manifestam insatisfação com o montante pago pela empresa capitalista e com as exíguas políticas públicas voltadas ao campesinato. O relato a seguir é elucidativo:

É, na, na verdade assim, eu acho que a, a dificuldade que o produtor enfrenta tem vários tipos, né! De dificuldade, né! As vez tem, eles tem problema sanitário, problema de doença nós já tivemos no barracão, né? Aí morre muito, a produção cai, né? É... tem de natureza do clima, né? Agora houve estiagem nos últimos dois anos, né? Diminui. A amoreira não cresce, né? Diminui a produção também, né? Tem a questão de, de preço, o produto que as vezes, esse produto é vendido pra exportação, é vendido em dólar, mas nem sempre a empresa repassa os ganhos, né? Pro produtor, né? Que quando o dólar tá, o dólar tá alto, a empresa fatura mais, né? Mas nem sempre ela repassa, né? E... e a gente tem dificuldade porque não é... por questão de, de falta de investimento, de ter uma, uma tecnologia melhor pra trabalha, né? Ca, na agricultura mesmo né? Que uma coisa que a gente vê assim que não tem é, no, no Brasil pelo menos a gente vê que não há uma, uma política assim

voltada pro pequeno, pra desenvolve equipamento, assim de pequeno porte, né? ao alcance, né? Do, do pequeno agricultor, né? Então esse trabalho aqui a gente faz é mais manual mesmo, né? É de forma bem, bem rústica, né? Existe máquinas, mas já pra grandes produtores, né? Produzi é... já com trator de grande porte, ou médio porte, né? Então é.. já é uma coisa que tá fora do alcance né da gente, ter um investimento muito grande pra pequeno, né? (Camponês D, Comunidade Pinhalito, Diamante do Sul/PR, abril de 2022).

É evidente a necessidade de políticas públicas com incentivos e proteção para a agricultura camponesa, pois está mais vulnerável, seja diante às intercorrências decorrentes dos fatores diretamente relacionados à produção, ou ao processo de ampliação da extração da renda e acumulação de riqueza por parte do capital, evidenciado, por exemplo, na redução dos preços pagos aos produtos.

É, e os preço né? Os preço não ajuda, não... tinha que tá bem mais, né? Que nem eles que precisam da seda, eles que, eles que fazem contrato pra entregá tantos quilos de seda, eles tinham que incentivar mais o produtor, né? Incentivasse mais, né? Não tem incentivo, eles querem seda mas não tem tanta incentivação, né? De uns ano pra cá, depois dessa pandemia aí, aí num... a seda no preço que ela tá num tá, num tá ajudando, as coisa subiu demais e ela não subiu né? [Quanto que tá a seda hoje?] Ah! hoje se pega em média de vinte e dois, até vinte e seis, vinte e sete se pega. Mas é mais ou menos por aí, assim. Hoje de acordo com o que subiu as outras coisas, hoje a gente tinha que tá vendendo a seda a quarenta real o quilo, né? Pra tá mais ou menos. (Camponês B, Comunidade Alto Cascudo, Diamante do Sul/PR, janeiro de 2022).

As falas expressam o conhecimento dos camponeses sob os preços dos produtos e os processos envolvidos. Ou seja, não estão alheios à situação. Todavia, no enfrentamento a condição imposta, prevalecem ações restritas a organização familiar. Não se identificou, por exemplo, articulações mais amplas e articuladas entre os sericultores de modo a buscar saídas coletivas ao processo de subordinação que estão inseridos, seja por meio de reivindicações de políticas públicas específicas para a produção ou no embate direto com a Bratac. Para além da luta cotidiana da família camponesa, averiguou-se apenas uma tímida iniciativa coletiva, a qual apresenta limites pois está diretamente relacionada aos interesses da Bratac, contudo, permitiu que os camponeses pudessem expressar seus descontentamentos. O relato de um camponês ajuda na compreensão da respectiva situação,

Não, a dificuldade tava assim pra... a questão de é... se tá difícil por causa do preço, que tava muito baxo o preço do casulo. E daí você começa a, até o [filho dele] tava desanimado até janero, porque daí você, ó, se tem que... tacá adubo orgânico, tá caro, né? O ano passado tava 150, hoje já tavam falando que ninguém ia mais entregá uma tonelada de adubo orgânico de galinheiro

por menos de 300 reais e o casulo no mesmo preço, daí não tem como você trabalha, né? Com a quantia de, muito alta de adubação e, e o teu retorno não, não tá acompanhando, né? Então aí tava difícil, agora deu uma melhorada, porque daí a empresa já não tá cobrando a larva, né? A gente tá torcendo que a partir de setembro, que agora, que nem nós aqui, é a última remessa antes do inverno, daí chega o inverno para tudo, vai começa em setembro de novo, então se tem que pegá e... ir de boa. [E por que que a empresa resolveu então amenizar?] Pressão dos agricultor. Teve pressão, porque daí nós tamo num grupo agora né? De, dos sericultores e todo mundo opina ali né? Sai coisa boa e sai coisa pesada ali (risos). [Então vocês se reuniram em reunião ou como é que foi?] Não, esse é no grupo no WhatsApp. É, com a empresa, a empresa que criou esse grupo, né? E daí pra eles ouvir um pouco, né? E daí no eles ouvir que todo mundo, um se queixa de um jeito, outro se queixa do outro e aonde que eles decidiram de... porque o pessoal comenta assim: Diz não, se a empresa quantos anos tá vivendo disso, porque que ela não pode ajuda também um pouco o agricultor, né? (Camponês C, Comunidade Pinhalito, Diamante do Sul/PR, abril de 2022).

O descontentamento dos criadores diante das ações da empresa, demonstra que, ainda que não estejam organizados de forma coletiva mais sólida, num movimento social ou associação, não quer dizer que são sujeitos apolíticos. A insatisfação em torno da pauta comum está explícita e, mesmo que de forma contraditória, há demonstração da resistência diante dos preços e condições impostas pela Bratac. Após a cobrança coletiva dos sericultores, obteve-se relativa melhora tanto no preço do quilo dos casulos, quanto em algumas situações específicas relativas à produção como a cedência sem custo das larvas e a postergação do pagamento dos débitos contraídos junto a indústria.

Agora eles [Bratac] deram uma reagida até boa, sabe? Mas assim, eles perceberam que o pessoal tava abandonando, né? E... a gente vendia aí a sessenta dias atrás, a gente vendia o, o casulo aí... um casulo de boa qualidade pegava aí... E quando era muito bom pegava tipo 25 reais o quilo né? Aí eles começaram a perceber, eles, eu tava falando, tipo um pouco e repassaram poquinho, mas um poquinho, né? Do que eles ganharam a mais com a alta do dólar aí, aí eles [Bratac] pegaram e falaram: Não vamos cobrar, porque a gente paga as larvas, né? Não, vamos cobrar as larvas e, e deram um aumento de, de quatro reais e pouco por quilo, né? Agora chega a trinta, né? A gente tem que chega a trinta o quilo e... Não vão cobrar as larvas e a dívida, quem tem dívida, porque sempre pega alguma coisa, né? Pra, comprar alguma coisa, né? E deve um pouco, aí vamos, vamos congelar a dívida, até começa a próxima safra. Então é alguma coisa, né? Não resolve o problema, mas (risos) é alguma coisa, deu uma melhorada, né? Mas... (Camponês D, Comunidade Pinhalito, Diamante do Sul/PR, abril de 2022).

Mesmo ante a tênue mobilização é possível reafirmar a importância da luta coletiva do campesinato, ainda que “não resolva o problema”, evidencia a capacidade de reivindicação dos camponeses, com o intuito de melhorar suas condições imediatas,

externando o conhecimento dos processos que envolvem a comercialização dos casulos no mercado nacional e internacional.

Outrossim, tem sido comum o abandono da atividade sericícola como resposta as insatisfações. “[...] e então o pessoal começo a... a abandoná. Abandonaram e teve gente, tem um compradre meu, aqui vizinho, ele, eles pegaram e abandonaram e foram pra cidade, daí, tão lá os dois empregado, porque daí eles vão ganhá um, um pouco mais, né? (Camponês D, Comunidade Pinhalito, Diamante do Sul/PR, abril de 2022). Se de um lado o abandono da atividade é um ato restrito a decisão familiar e revelador das condições exploratórias que os camponeses estão inseridos, também indicando a falta de estruturas de enfrentamento coletivo mais sólidas, por outro, é a expressão de que a empresa não possui o domínio sob os camponeses. Estes, por deterem o domínio da terra, conservam a possibilidade de escolha em deixar ou não a integração, embora no sistema capitalista isso não signifique autonomia plena. Para a empresa é desvantagem perder um “parceiro”, sendo que, é na subordinação da renda produzida por este, que se alicerça seu processo de acumulação de capital.

Portanto, o capital se apropria da riqueza produzida no território camponês (OLIVEIRA, 1996; FABRINI, 2004; PAULINO; ALMEIDA, 2010; ROOS, 2015; VICINI, 2019), sendo que, o resultado do fruto do trabalho dos sericicultores beneficiará as grandes grifes internacionais da seda. Porém, este território não é controlado na sua totalidade, porque o camponês tem relativa autonomia sob um conjunto de atividades para além da sericultura, as quais são desenvolvidas pela família, levando-o a permanecer e resistir na terra. Embora o campesinato esteja inserido no modo de produção capitalista, sua forma de organização se difere da indústria, ou ainda, se difere das grandes propriedades do agronegócio, porque seu objetivo é a manutenção do grupo familiar⁴. Ou seja, é na terra de trabalho que o camponês assenta sua dinâmica específica de organização das atividades rotineiras.

Em outras palavras, os camponeses têm o conhecimento que somente da sericultura, a família não sobreviveria no campo. Conforme Fabrini (2007), apesar de subordinados, os camponeses são conhecedores de seu processo de produção, além de

⁴ A intenção aqui não é de excluir as experiências de protagonismo dos camponeses no gerenciamento de agroindústrias, cooperativas entre outras iniciativas que visam garantir o escoamento e comercialização da produção camponesa (a exemplo de inúmeras iniciativas vinculadas, especialmente, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST). Entende-se que todas estas ações criadas e recriadas pelo campesinato no que diz respeito à produção, possuem como centralidade a garantia da existência do grupo familiar.

possuírem certa autonomia e controle desse processo produtivo, e por este motivo a alienação não os atinge da mesma forma que um operário de uma fábrica. Desse modo, sua capacidade de organização não está voltada apenas para o sistema integrado, mas se relaciona com outras atividades, exemplo do autoconsumo, o qual será abordado no próximo item.

2. Autoconsumo e a resistência dos camponeses

Durante o ciclo do bicho-da-seda, há um cuidado rigoroso por parte da família camponesa para que a produção seja “bem-sucedida”. Aliás, o trabalho familiar vai além dos cuidados com as lagartas, ou seja, envolve também a limpeza do barracão e principalmente no período do inverno, a manutenção das amoreiras, momento em que não recebem renda proveniente da atividade da sericicultura.

Considerando a pouca área de terra disponível para os camponeses em tela, observou-se que mesmo diante das contradições existentes e perante as atividades comerciais que se apresentam aos agricultores, a sericicultura se insere como alternativa que possibilita melhor ingresso de rendimentos monetários, conforme relato a seguir:

É sofrido, mas não tem outra alternativa de, de... tem que peliá né? alguma coisa. Que nem agora tem o bicho-da-seda, o bicho-da-seda tem cento e poucos barracão em Diamante... e pra chácra assim... num tem! Tem que ser o bicho-da-seda, que é o único que dá um salarinho, né? Tem bastante barracão, bastante gente que lida, com bastante caxa, né? Assim... até oito caxa, sete caxa, seis caxa de bicho, então tira ali seu salário, né? (Camponês F., Comunidade Erval Bonito, Diamante do Sul/PR, janeiro de 2022).

É preciso explicitar que as amoreiras são plantas perenes e nas áreas que elas são cultivadas não é possível a rotação de culturas. Ou seja, nos períodos de inverno, quando se interrompe a produção, os sericultores não conseguem realizar outros cultivos nestas áreas em que estão alocadas as amoreiras. Nesse sentido, durante as entrevistas ficou explícito que, especialmente nos períodos de inverno, como forma de complementar a renda para manutenção familiar, os camponeses precisam executar trabalhos fora das suas propriedades, tais como: atividades na construção civil, como meiros, arrendatários, funcionário público entre outros.

Apesar das formas de subordinação impostas pela indústria, há resistências (algumas contraditórias, outras do universo camponês), que se relacionam nesse processo.

Nos sericicultores de Diamante do Sul, encontra-se de forma muito efetiva a troca de dias de serviço e práticas de ajuda mútua entre vizinhos. A organização do trabalho de forma familiar é outra atividade constante nos sítios camponeses. Por fim, destaca-se a presença marcante do autoconsumo enquanto práxis rotineira em torno da qual se organiza a dinâmica laboral.

Paulino e Almeida (2010), sustentam que o “modo de vida” camponês não é organizado pelas necessidades do mercado, evidenciando o mito da homogeneização do território pelo capital ao tempo que demonstram que o território do campesinato possui um conjunto de especificidades que o distinguem do capitalista. Essa leitura contribui para a compreensão de que a existência do campesinato envolto na sericultura não é determinada pelo sistema integrado, embora isso faça parte, há um conjunto amplo de relações que sustentam o objetivo central da construção das condições para a manutenção do grupo familiar na terra.

Os camponeses combinam à integração na sericultura outras atividades rotineiras, vinculadas ao autoconsumo, tendo em vista que, os camponeses não possuem dedicação exclusiva com o bicho-da-seda. Há diversidade nas atividades do autoconsumo da família camponesa, as quais envolvem a criação de porcos, galinhas, cultivos de arroz, feijão, batata, milho, mandioca, hortaliças em geral e diversos pomares de frutas espalhados pelas propriedades (Figura 3).

Figura 3: O autoconsumo nas propriedades camponesas em Diamante do Sul/PR



***Figura à esquerda:** Hortaliças direcionadas ao autoconsumo em propriedade camponesa. **Figura ao centro:** Cultivo de mandioca para autoconsumo em propriedade camponesa. **Figura à direita:** Criação de galinhas para autoconsumo em propriedade camponesa. **Fonte:** Trabalho de campo. **Fotos:** Autora, 2022.

Entretanto, essas situações também indicam que a empresa capitalista se apropria da renda derivada desta diversificação, ampliando a retenção da riqueza produzida na atividade da sericicultura, pois a manutenção das condições de vida dos camponeses, não está dependente unicamente da produção do bicho-da-seda. Paulino (2003), aprofunda tal análise:

Prova disso é que as empresas classificam como sericultores ideais aqueles que são proprietários e desenvolvem atividades paralelas, inclusive de autoconsumo. Portanto, para se manter, os camponeses devem ter renda acessória, em geral obtida com a diversificação interna e produção parcial de alimentos, pois o retorno monetário da sericicultura não é suficiente para a compra de todos os víveres e satisfação das demais necessidades básicas da família. (PAULINO, 2003, p. 161).

Paulino (2003) também ressalta que, somente a sericicultura não é suficiente para as necessidades da família camponesa, questão que os próprios criadores percebem: “Se você não tivé uma estrutura fora, só daqui, só você, pra você comê e tudo num... num dá!” (Camponês C, Comunidade Pinhalito, Diamante do Sul/PR, abril de 2022). Esta fala sinaliza a “peleja” que os camponeses enfrentam no sistema integrado da sericicultura, sendo conscientes da sua realidade, por este motivo não seguem passivos diante da exploração do capital, encontrando num conjunto amplo de atividades, formas de garantia de sua existência. Nesse sentido, se reitera que as atividades do autoconsumo estão fundamentadas nas necessidades básicas para manutenção da família camponesa, se constituindo enquanto resistência para permanecer na terra.

É preciso assinalar que em todas as doze (12) entrevistas realizadas identificou-se o autoconsumo como atividade conjunta com a sericicultura. Ou seja, o autoconsumo faz parte da realidade dos sericultores, sendo um conjunto diverso de cultivos que são destinados para a manutenção da família. Alguns trechos das entrevistas realizadas com os camponeses contribuem na compreensão:

No causo nós... nós tem **tudo pro gasto, né?** Tem tudo Criolo, né? Daí...daí **diminui no mercado**, né? [...] Nós engorda um porco, tem a galinha, tem o ovo, o porco tem a banha, né? E... daí o resto dos mantimento nós planta de tudo, né? Pra ter pro gasto... [O que vocês plantam?] Camponês: É... o milho, feijão... arroz nós plantemo ali mas é... com esses problema de seca não dá mais, daí paremo. Camponesa: Verdura, mandioca... Camponês: É, nós temo a horta, sempre tem... É, meio de tudo pro gasto, né? Tem, daí... desde arvoredo nós temo, né? Nossas verdura, produz meio de tudo... café... nós temo café crioulo. (Camponês A e Camponês B, Comunidade Alto Cascudo, Diamante do Sul/PR, janeiro de 2022, grifo nosso).

Aí a gente não vende, né? A gente, é... cria um porco ali pra comer a carne, umas galinhas também, né? E... e a gente planta feijão, né? **Mas só pro consumo também, né?** É... mandioca, batata, essas coisa aí, né? Uma horta também, mas é só pro consumo. **Se tivé alguma sobra lá uma vez ou outra, se sobrá, né?** Entende né? [...] Já aconteceu de nós colhê mais feijão do que, do que o previsto e aí a, **a sobra a gente, a gente vende, né?** (Camponês D, Comunidade Pinhalito, Diamante do Sul/PR, abril de 2022, grifo nosso).

[Além do bicho-da-seda né? Tem algum outro tipo de produção menor? E criação de galinha ou outros animais?] Camponês: Não, nós temo só o bicho-da-seda, galinha **só pro gasto**, num vendemo, né? Só pro gasto, mas é...mas é só pro gasto mesmo. Camponesa: Mas tem galinha, tem porco, tem vaca, cavalo, mas pra venda não. Camponês: Horta também. Camponesa: É, hortinha nós planta as coisa **só pro gasto né? Não pra vende**. Camponês: Vendemo memo só o casulo. (Camponês F e Camponês G, Comunidade Erval Bonito, Diamante do Sul/PR, janeiro de 2022, grifo nosso).

As diversas plantações e criações de animais são representadas nas falas dos camponeses como algo corriqueiro e destinadas “só para o gasto”, sendo a comercialização destas somente “quando sobra”, ou seja, quando excedem as necessidades do grupo familiar. Portanto, a diversificação está interligada centralmente ao autoconsumo, sendo de grande importância para a recriação camponesa, representando o alimento produzido pela própria família. Somente quando há excedentes que ocorre a comercialização.

A diversidade de cultivos representadas no autoconsumo, não apresenta mediação com o mercado, pois o camponês não vende esta produção para obter renda, para em seguida comprar outro produto. Essa relação do autoconsumo é primordialmente para a manutenção do grupo familiar, representando sua autonomia diante das amarras do sistema capitalista no campo. Embora o autoconsumo apareça nas falas dos camponeses como algo menor “só para o gasto”, é essa diversidade de produção que garante o sustento e também a permanência no campo.

Assim, conforme visto nas falas dos entrevistados, os sericicultores de Diamante do Sul se articulam, sobretudo, tendo no autoconsumo uma estratégia para a produção da sua existência e assim permanecer no campo. A autonomia que os confere, mesmo diante das contradições inseridas no sistema de integração, é um aspecto da vida camponesa, o qual cotidianamente, busca-se escapar das amarras do capital. Deste modo:

O ideário da produção para autoconsumo ou mercantil simples implica numa autonomia porque são os camponeses os produtores diretos dos meios de vida. Por isso, uma grande parte dos camponeses despossuídos da terra almeja alcançá-la porque vê aí uma possibilidade de independência e

autonomia. Embora a produção camponesa esteja integrada aos mercados capitalistas mundiais, a família se constitui numa unidade econômica de produção e apresenta uma lógica diferente da empresa, pois é regida pelas necessidades, consumo e sobrevivência do grupo. (FABRINI 2007, p. 25).

As famílias sericicultoras de Diamante do Sul, inseridas na cadeia da indústria da seda, articulada com mercados internacionais, não tem a mesma lógica mercadológica do capital. Ao contrário, estes sujeitos procuram se esquivar da pressão que lhes é imposta no momento da produção da matéria-prima utilizada pelas grandes grifes internacionais. Dito de outro modo, os camponeses da sericultura objetivam recriar-se a partir de uma diversidade de atividades que realizam em suas propriedades. É inegável a existência de contradições nesse processo, no entanto, a produção de bicho-da-seda, somada com seu modo de vida, lhes possibilita a manutenção no campo.

Os camponeses buscam sua autonomia (mesmo que relativa), aspecto negado em caso de expropriação do campo. Deste modo, a diversificação é importante para a autonomia campesina e para permanência no campo, mesmo que haja um conjunto de contradições inseridas neste processo. Conforme as falas dos camponeses entrevistados, seu objetivo não é ir para a cidade, porque enxergam nesse caminho as dificuldades e a perda dessa autonomia:

Porque você pensa assim ó! Se, se eu tô errado, cada um barracão desse aqui você, você produz é a produção dele é cê mantém tua família, aqui no sítio. Que é muito melhor do que i todo mundo pra cidade, vai pra lá, é água, é aluguel, é luz, é tudo, né? E as coisa é muito mais difícil na cidade. Sendo que aqui se você tivé uma horta, você já, a tua vida é muito melhor, né? Você trabalha aqui ó! Você corta a amora cedo, tá fresco. A hora que esquentar você só fica trabalhando na sombra aqui dentro, você fica tratando de, de bicho, você fica montando bosque, você é tudo, serviço aqui dentro, né? Não precisa tá lá no solão lá. E de tarde agora, ó! Já tá quase na hora de nós ir cortá mais amora pra tratá de noite, porque refresco, você já vai cortá amora porque tem que tratá deles a noite [...] (Camponês C, Comunidade Pinhalito, Diamante do Sul/PR, abril de 2022).

A contribuição desta fala mostra a compreensão sobre a complexidade em viver na cidade, não se identificando com a vida urbana, porque difere-se da dinâmica de quem vive no campo, o qual garante um conjunto de cultivos para manutenção da família. Ou seja, esta fala sinaliza a vida no campo como possibilidade de obter uma relativa autonomia, de modo que, a organização familiar é possível por estar na condição de camponeses. Caso estivessem na condição de trabalhadores assalariados, precisariam cumprir ordens de um patrão e horários inflexíveis. Portanto, os sericultores não desejam perder a condição de serem donos do seu próprio tempo, de

modo que, a mudança para a cidade significaria mudar sua classe social, e por isso a resistência se realiza por intermédio da luta pela manutenção da sua existência.

Não se trata de afirmar que a realidade posta é a ideal, já que há carência de um conjunto de políticas de Estado para melhoria das condições de vida. Se houvesse outras possibilidades para o campesinato, não precisaria necessariamente sujeitar-se à subordinação da empresa capitalista. Portanto, a realidade dos sericicultores reflete uma escala maior, que é a desigualdade social presente no campo brasileiro.

As relações existentes nos sistemas integrados da sericultura são complexas e relacionam contraditoriamente resistências engendradas pelos camponeses com a subordinação enfrentada por estes. Desse modo, há um conjunto de ações que os fazem permanecer no campo e que vão além da produção do bicho-da-seda, ao mesmo tempo e, contraditoriamente, tais práticas são utilizadas pela empresa capitalista para subtração da renda da terra camponesa. Assim, por mais que os camponeses estejam inseridos no processo de integração capitalista, cujo sistema os subordina, a diversidade de atividades encontradas propicia relativa autonomia.

Portanto, a resposta do campesinato diante da sujeição é seu modo de vida, que embora sofra com a monopolização das condições de reprodução imposta pelo capital industrial, tem como potencial um conjunto de atividades que fundamentam a manutenção do grupo familiar, e por meio destas garante as condições para a existência camponesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema de integração da sericultura subordina a renda da terra camponesa através da monopolização de seu território. No entanto, a subordinação não está desvinculada das resistências camponesas, e, portanto, são dois elementos que se relacionam contraditoriamente. Nessa relação contraditória, embora haja diversas formas de subordinação, não há o domínio completo da integradora, de modo que os camponeses gozam de relativa autonomia e tentam escapar das amarras que lhes são impostas.

Mesmo diante do controle imposto pela empresa capitalista, o território continua sendo dos sericicultores, os quais esquivam-se dessas imposições, ou ainda, por vezes abandonam a produção por entender que não é mais possível, buscando outras formas de se reproduzir enquanto camponês. Todavia, a maior parte dos camponeses

entrevistados relataram que continuam na sericicultura pelo fato de ser uma produção monetariamente mais rentável do que as alternativas disponíveis a eles. No entanto, mostraram ter conhecimento do processo de subordinação que estão inseridos. Embora os sericultores não estejam organizados coletivamente de forma estruturalmente mais sólida, as formas de resistência estão presentes e assumem características diversas, possibilitando a permanência na condição de camponeses.

Nesse cenário de contradições do sistema integrado da sericicultura, compreende-se que a Bratac não controla o território camponês na sua totalidade, pois os camponeses reservam relativa autonomia, como por exemplo, na organização da rotina de trabalho familiar. Assim, o modo de vida familiar camponês, assentado na diversificação de atividades e, principalmente, no autoconsumo, em que a produção está voltada diretamente para manutenção das necessidades básicas da família se ergue como resistência, mesmo que inserido num processo contraditório. Esta dinâmica da família camponesa possibilita a permanência na terra e sua existência enquanto classe.

Por fim, sustenta-se que as possibilidades de escape dos camponeses à subordinação presente, passam pela atuação do Estado na garantia de robustas políticas públicas que atendam, especialmente, o acesso à área de terra suficiente para a reprodução familiar, a comercialização da produção, bem como, o acesso aos insumos necessários à produção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRATAC. **Estrutura**. Disponível em: <http://www.bratac.com.br/bratac/pt/index.php>. Acesso em: 12 de Set. de 2023.

FABRINI, João Edmilson. A contradição como parâmetro de compreensão da existência camponesa. **Revista Geografia**, vol. 13, n. 2, jul-dez, 2004.

_____. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Ano 10, n. 11, jul-dez, 2007.

LIMA, Ivanildo Vieira. Produção de subsistência/ autoconsumo e resistência camponesa no assentamento Pedro Ramalho em Mundo Novo/MS. **Dissertação de Mestrado em Geografia**. Francisco Beltrão: Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996.

_____. A mundialização da agricultura brasileira. In: XII Colóquio de Geocrítica, 2012, Bogotá. **Anais eletrônicos...** Bogotá: Universidade Nacional de Colômbia, 2012. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>. Acesso em: 12 de Set. de 2023.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e vida: A Geografia dos camponeses no Norte do Paraná**. Tese de doutorado em Geografia. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2003.

_____. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e Território: A questão camponesa no capitalismo**. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

ROOS, Djoni. **Contradições na construção dos territórios camponeses no Centro-Sul paranaense: territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências**. Tese de doutorado em Geografia. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2015.

VICINI, Jennifer Paola. **A territorialização da produção de fumo na mesorregião Oeste do Paraná: Sujeição da renda da terra e as formas de resistência do campesinato**. Dissertação de mestrado em Geografia. Marechal Cândido Rondon: Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 2019. Disponível em: https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/4434/5/Jennifer_Vicini_2019.pdf. Acesso em: 12 de Set. de 2023.



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



Vanessa Bueno Arruda

Graduada em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), *campus* de Marechal Cândido Rondon-PR. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unioeste, *campus* de Marechal Cândido Rondon-PR. Integrante do Laboratório e Grupo de Pesquisa de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade (GEOLUTAS) e professora da rede estadual de ensino do estado do Paraná.

Email: vanessa.b.arruda@gmail.com

Djoni Roos

Professor no curso de Graduação em Geografia e nos Programas de Pós-graduação em Geografia e em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), *campus* de Marechal Cândido Rondon/PR. Integrante do Laboratório e

Grupo de Pesquisa de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade (GEOLUTAS) e do Observatório da Questão Agrária no Paraná (OQA/PR).

Email: djoni.roos@unioeste.br